

A SITUAÇÃO DAS MISSÕES ALEMÃS EM CAMARÕES SOB O SISTEMA DE MANDATO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Lang Michael Kpughe¹

Introdução

A anexação alemã de Camarões em 1884 marcou o início da exploração e da germanização do território. Enquanto a agenda colonial e exploradora alemã foi motivada por exigências econômicas domésticas, a política de germanização surgiu em um contexto de autoimagem nacional que seguiu seu curso na Europa do século XIX. A Alemanha, como outras potências coloniais, manifestou um defeituoso sentimento que Etim (2014: 197) descreve como uma “superioridade moral e racial” sobre os africanos. Trazer os africanos para o mesmo nível de civilização que os europeus, de acordo com a filosofia colonial europeia, exigiria que o colonialismo tivesse uma perspectiva civilizatória. Esta agenda civilizatória, deve ser notado, revelou-se um objetivo comum para os missionários e os governos coloniais. De fato, a civilização dos africanos era fundamental para os governos e as agências missionárias. Foi neste contexto de arrogância cultural infundada que a missionização da África se desenrolou, com apoio financeiro e securitário provido pelos governos coloniais. Claramente, os missionários aprovaram e promoveram o objetivo colonial pseudocientífico de europeizar a África através da imposição da cultura, da religião e da filosofia europeias. De acordo com Pawlikova-Vilhanova (2007: 258), o cristianismo proporcionou acesso a uma civilização ocidental e um padrão de cultura que acabaria subjugando a sociedade africana.

Havia cumplicidade entre governos coloniais e missões no imperialismo cultural que cursava a África (Woodberry 2008; Strayer 1976). Em 1884, quando a Alemanha anexou Camarões e outros territórios,

¹ Departamento de História, Universidade de Bamenda, Bamenda, Camarões. E-mail: mickpughe@yahoo.com

a exploração e a civilização das sociedades africanas se tornaram uma marca registrada da política colonial alemã (Harry 1968: 364). Alcançar este duplo objetivo em Camarões exigiu colisão entre o governo colonial e as missões. De fato, as justificativas para a preferência que foi dada às iniciativas alemãs para missionar em Camarões foram expressadas à luz das exigências da nação alemã. Neste momento, houve um profundo espírito nacionalista na Alemanha com o qual as missões alemãs se identificavam (Ryland 2013). Foi neste contexto de uma agenda nacionalista na vanguarda da advocacia colonial alemã que as agências missionárias alemãs chegaram em Camarões. As agências missionárias alemãs, portanto, nasceram em um momento em que os processos de nacionalização da religião na Alemanha seguiam seu curso. Os missionários empregados por missões que surgiram neste contexto estavam entre os atores intervenientes no processo de contato entre religião e estado, caracterizados por esforços na construção da nação. Assim, as missões que foram rotuladas como “alemãs” e que foram autorizadas a realizar trabalhos missionários em Camarões foram aquelas que estavam preocupadas com a construção do nacionalismo alemão. Fica claro que o que tornava uma missão “alemã” não era apenas as agências missionárias com raízes alemãs e o fato de estar nas mãos de missionários alemães. Também dizia respeito às missões que se acumulavam da Reforma Protestante, que, como um todo, foi celebrada na forma de uma pré-história da unidade nacional alemã. Fica clara, portanto, a identificação da nação alemã com a história do protestantismo.

Durante os mais de trinta anos de colonialismo alemão em Camarões, agências missionárias alemãs como a Missão da Basileia, a Missão Batista Alemã, os Padres Palotinos alemães e os Padres do Sagrado Coração Alemão evangelizaram o território de forma a reforçar a agenda dupla colonial de exploração e pseudo-civilização. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, que desencadeou a transição de Camarões como uma colônia alemã para um Mandato da Liga das Nações, as missões não podiam ser dissociadas da iniciativa colonial alemã. A sua neutralidade e supranacionalidade que a Conferência Missionária Mundial de 1910 em Edimburgo tentou proclamar desapareceu. De fato, as potências coloniais rivais, a Grã-Bretanha e a França, especialmente, viam as missões alemãs como aliadas naturais do colonialismo alemão. Este foi o contexto em que as missões alemãs foram definidas na véspera da Primeira Guerra Mundial. Por isso, é altamente provável que esse período tenha sido marcado pelo que Goosen (2010: 27) descreve como “imperialismo missionário”: uma guerra entre as potências coloniais rivais não poderia ter deixado de afetar as missões alemãs com orientação nacionalista (Haupt 2008). Enquanto que o seu cunho nacionalista as aproximou do esforço colonial alemão, as

Forças Aliadas viram os missionários como alvos naturais, como se fosse necessário alcançar uma ascendência completa sobre a Alemanha.

Não é de se admirar que as propriedades e os missionários das missões alemãs foram alvo das invasoras Forças Aliadas durante as operações militares de 1914-1916 em Camarões. Infelizmente, o movimento ecumênico que decorreu da Conferência de Edimburgo não tinha capacidade para proteger a iniciativa missionária alemã da destruição. Mas houve esforços na Conferência de Paz de Paris e em outros círculos para resgatar as missões alemãs. Isso explica por que algumas disposições do Tratado de Versalhes e dos Acordos de Mandatos destinavam-se a proteger essas missões da extinção completa. Isso aconteceu no momento em que a Grã-Bretanha e a França foram conferidas com poderes de administração sobre as duas partes de Camarões e cujo dever era implementar as disposições legais relativas às missões. Independentemente disso, os dois poderes colocaram muitos obstáculos no caminho das missões alemãs. O Sistema de Mandato acabou por ser um período em que o trabalho fundamental da iniciativa missionária alemã foi reduzido consideravelmente.

Devido à falta de pesquisas anteriores, faz-se necessário enriquecer a literatura sobre as missões alemãs em Camarões ao investigar sua situação durante o período de mandato, quando o território gozava de um *status* administrativo internacional sob a Liga das Nações (1922-1945). A erudição existente revela que muita generalização na historiografia da igreja velou e obscureceu alguns eventos que tiveram um impacto igualmente grande na história do cristianismo. A situação das missões alemãs com mandato em Camarões continua sendo uma das áreas negligenciadas da história da igreja em Camarões. Além disso, a literatura que critica o Sistema de Mandatos fornece apenas discussões rasas sobre o tema (Pedersen 2006; Wright 1930; Logan 1928). Existem igualmente trabalhos gerais sobre a história de Camarões com algumas porções dedicadas ao período de mandato (Abwa 2000; Fanso 1989; Ngho 1996; LeVine 1968). Até agora, contudo, o debate historiográfico mais ou menos omitiu as agências missionárias alemãs. Este artigo analisa o Sistema de Mandatos em Camarões da perspectiva das missões, como um esforço para preencher essa lacuna bibliográfica.

Iniciativas Missionárias Alemãs em Camarões: histórico

O trabalho de missão em Camarões pelas agências missionárias alemãs começou logo após a anexação do território em 1884. Mas o trabalho missionário no território precedeu a anexação alemã, dado que o plantio da fé cristã pode ser rastreado até a década de 1840, quando os missionários batistas ingleses começaram a cristianizar o sul da região que abrange o

território camaronês. Em 1879, como Efova (1981) observa, os batistas ingleses foram acompanhados pela Missão Presbiteriana Americana (APM), cujos missionários pioneiros começaram a trabalhar entre os Bulu. Em 1884, a Alemanha anexou Camarões e forçou os batistas ingleses a abandonarem o território, muito provavelmente em função das grandes rivalidades coloniais com a Grã-Bretanha e devido ao desejo de confiar nas missões alemãs a consecução de sua agenda colonial de civilização. Com exceção da APM, o governo alemão preferiu as missões alemãs para atuar em Camarões.

Consequentemente, o cenário cristão pré-guerra em Camarões tornou-se dominado por missões protestantes e católicas alemãs. A Missão da Basileia, por exemplo, substituiu os batistas ingleses em Camarões em 1886 (Werner 1969: 11; Harry 1968: 364). Quando os Batistas Nativos deixados para trás pelos batistas ingleses cortaram os laços com a Missão Basileia em 1889, foram colocados sob a Missão Batista Neuruppine ou Alemã. Essa missão assumiu as igrejas batista e enviou missionários para Camarões, entre eles Carl Bender, Paul Gebauer, C. Hofmeister Rhode, Adolf Orther e Herman Kayser. Graças a estes homens, os batistas administraram 12 estações missionárias, 32 escolas, 100 professores, 160 prédios e 23 missionários na véspera da guerra (Funteh 2008: 23).

No que diz respeito aos católicos, seus esforços missionários foram representados em Camarões pelos Padres Palotinos alemães que começaram a trabalhar no território em 1890 (LeVine 1964: 73). Ao todo, os Palotinos tinham 157.934 fiéis, 17.650 catecúmenos e 19.576 alunos na véspera da guerra. Este foi o resultado do trabalho realizado por 34 sacerdotes, 36 irmãos, 29 irmãs e cerca de 223 catequistas indígenas (Messina & Slageren 2005: 146-147). Em 1912, os Padres do Sagrado Coração da Alemanha se juntaram aos Palotinos em Camarões. Eles receberam a tarefa de plantar a fé católica no interior do território (Ndi 2005). Para tornar mais evidente o trabalho dos Padres do Coração Sagrado, a Prefeitura Apostólica de Adamawa foi criada em 1914 e colocada sob seus cuidados.

Fica claro que após 30 anos de governo imperial alemão, o trabalho missionário em Camarões estava prosperando. Além da APM, todas as outras missões tinham origem alemã. Essas missões protestantes e católicas alemãs estavam operando estações missionárias, escolas, unidades de saúde e forneceram muitos outros serviços. Em 1913, por exemplo, havia 631 escolas missionárias, com 49 mil alunos em Camarões (LeVine 1964: 72). Da perspectiva da missão foi um período muito frutífero, já que milhares de pessoas se converteram ao cristianismo. Foi essa forte presença de missões alemãs em Camarões que influenciou alguns estudiosos a se associarem ao colonialismo alemão (Pierard 1993: 5). Na verdade, a colusão entre as

missões e o governo colonial foi, até certo ponto, a marca da iniciativa colonial alemã. Isso confere credibilidade à observação de Strayer de que os missionários voluntariamente serviram aos interesses dos regimes coloniais (1976). Não é de admirar que as forças da Entente caracterizassem as missões alemãs como nada mais do que um “braço do colonialismo alemão”. Conseqüentemente, as missões tornaram-se alvo de operações militares aliadas durante a Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial e a Questão sobre Neutralidade das Missões Alemãs

Esta seção destaca a importância da Primeira Guerra Mundial para entender as missões alemãs em Camarões. Busca-se apresentar explicações sobre por que a Primeira Guerra Mundial ameaçou a iniciativa missionária alemã em sua própria base, independentemente do crescente ecumenismo e reivindicações de neutralidade e supranacionalidade das missões. Em 1914, a guerra terminou entre a Alemanha Imperial e várias outras potências coloniais. Lutada em Camarões entre 1914 e 1916, essa guerra teve conseqüências devastadoras para a iniciativa missionária alemã. Durante quase dois anos, as Forças Aliadas movimentaram o território e interromperam o trabalho missionário, fechando estações missionárias, escolas, serviços de saúde e deportando quase todos os missionários trabalhando sob missões alemãs. Em fevereiro de 1916, quando as operações militares se desdobraram, a guerra convulsionou todos os aspectos do trabalho missionário em Camarões, com algumas propriedades de missão sofrendo uma forte destituição. A guerra apresentou um desafio às missões católicas e protestantes, mesmo quando procuravam responder às exigências da guerra total. Efova (1981: 54) observa que quase todos os missionários foram deportados para o campo de concentração de Queens Ferry, de onde foram repatriados para seus países de origem. A estação da missão de Basileia em Sakbayeme, por exemplo, foi quase completamente destruída durante a guerra, e seus detritos foram usados para construir retrações. Além disso, o residencial Sakbayeme para missionários foi transformado em um forte pelas Forças Aliadas (Messina & Slageren 2005: 91).

A crise instaurada neste movimento missionário que floresceu por cerca de trinta anos, em um momento de cooperação missionária internacional e reivindicações de neutralidade das missões, requer uma análise mais aprofundada. Havia dois contextos opostos sobre os quais a situação das missões era articulada: o relacionamento entre as missões e o colonialismo alemão utilizado pelas potências aliadas como fundamento para definir as missões alemãs, além do novo movimento ecumênico e

sua questionada descrição das missões como neutras e supranacionais. Os alemães se viram divididos entre suas tendências patrióticas, que se manifestaram na forma de apoio à iniciativa colonial alemã, e a necessidade de exigir a prescrição ecumênica de neutralidade no campo missionário. A expectativa nos círculos missionários alemães era de que o ecumenismo internacional e a cooperação missionária pudessem resgatá-los do maltrato aliado. À medida que as operações militares se desenrolavam, logo se mostrou evidente que a noção de que as missões eram aliadas naturais do colonialismo alemão estava à frente da sua compreensão como neutra e supranacional, sem lealdade com a Alemanha. Assim, a Grã-Bretanha e a França exploraram a cumplicidade dessas missões com o colonialismo alemão para submetê-las a maus tratos no decorrer da guerra. Em Camarões, era quase impossível estabelecer um muro de separação entre as missões e o colonialismo alemão, especialmente a agenda civilizadora, apesar das reivindicações abertas dos missionários de que eles não mantinham contato com a propagação de preceitos da civilização ocidental. No pensamento aliado, uma derrota alemã não poderia estar completa sem subjugar as agências missionárias alemãs. Pierard corrobora esse pensamento, observando que “assim que os Aliados subjugaram os bens coloniais, eles começaram a cooptar os missionários que serviram sob as diretorias alemãs”.

Era certo que os missionários alemães em Camarões esperavam a solidariedade missionária internacional para resgatá-los dos Aliados. O espírito ecumênico estabelecido na Conferência de Edimburgo de 1910 aparentemente entrou em colapso diante dos estresses da guerra. Mesmo o Comitê de Continuação (alguns dos quais eram missionários alemães) que foi criado para continuar a promoção da cooperação missionária e atuar como garantia da sua proteção, deixou de funcionar em 1917, sem esforço algum para ajudar as missões alemãs de Camarões. Diante de nenhuma oposição, os Aliados simplesmente ignoraram o conceito ecumênico da neutralidade, alegando que as missões alemãs não eram supranacionais. Ao colocar a responsabilidade pelo surto da guerra contra os ombros alemães, os Aliados acusaram abertamente as missões alemãs por sua participação na realização da guerra. Para os Aliados, portanto, os assaltos militares às propriedades das missões e o internamento e a deportação de missionários eram atos justificados no contexto de uma guerra na qual os missionários não eram neutros. Vale ressaltar o fato de que os Aliados foram apoiados em suas ações anti-missionárias por seus conselhos missionários nos seus próprios países. Esta foi uma prova suficiente de que a solidariedade missionária havia sido quebrada pela guerra, uma vez que as missões pertencentes a potências coloniais concorrentes tomaram partido em uma guerra que deixou uma marca negativa no trabalho missionário.

Uma resposta por parte das missões alemãs era esperada. Em agosto de 1914, as autoridades da Missão de Basileia e da Missão Batista Alemã receberam um manifesto da Agência de Assistência às Missões Evangélicas Alemãs, cujo objetivo era proteger as missões protestantes alemãs. Assinado por vinte e nove teólogos alemães e líderes missionários, o manifesto rejeitou reivindicações dos Aliados que afirmavam que a Alemanha e suas missões foram responsáveis pelo surgimento da guerra. O manifesto também denunciou atrocidades às prósperas missões alemãs, lamentando a ausência de um espírito ecumênico equivalente (Pierard). Reações rápidas a este forte manifesto partiram de líderes missionários britânicos e franceses. Além de apoiar as posições de seus países sobre a questão da Primeira Guerra Mundial, eles desafiaram a neutralidade das missões alemãs, argumentando que o maltrato ao qual foram submetidas era justificável. Essas contra-acusações se prolongaram ao passo em que a iniciativa missionária alemã em Camarões estava sendo arruinada. Em 1916, quando as operações militares terminaram com a derrota e expulsão dos alemães, seu trabalho missionário havia sido abandonado. Não havia mais um único missionário alemão no território. Enquanto aguardava o resultado da guerra na Europa, França e Grã-Bretanha dividiram Camarões e continuaram firmes em sua oposição às missões alemãs. Com o fim da guerra em 1918 e os preparativos para as conversações de paz em Paris, uma cruzada internacional foi lançada para resgatar as missões da destruição total.

Da Primeira Guerra Mundial ao Sistema de Mandatos: perspectivas legais sobre as missões alemãs

O fim da Primeira Guerra Mundial oportunizou um cenário político no qual se deu a criação do Sistema de Mandatos pela Liga das Nações. Esses eventos foram uma pedra angular dos acordos pós-guerra na Conferência da Paz de Paris, com a questão das missões alemãs arrastadas para as deliberações e resultados finais do processo. Nesta seção, me concentro na luta para resgatar as missões alemãs em Camarões em um contexto de acordos pós-guerra que foi marcado por um choque entre ambições imperiais anglo-francesas e um espírito ecumênico galvanizado. Enquanto os objetivos imperiais anglo-franceses ameaçavam a continuidade da iniciativa missionária alemã em Camarões, o ecumenismo crescente após o fim da guerra estava comprometido em resgatar as missões alemãs da destruição total. A busca de objetivos imperiais pela Grã-Bretanha e França destruíram as missões alemãs em Camarões ou a reação ecumênica lhes ofereceu proteção? A resposta a esta questão encontra-se na atitude anglo-

francesa no pós-guerra em relação às missões e à reação ecumênica no momento em que as negociações de paz seguiram seu curso na Conferência de Paz de Paris.

Com o fim das operações militares em novembro de 1918 e a quase extinção do movimento ecumênico, a Grã-Bretanha e a França evidenciaram suas ambições imperiais em Camarões, que envolveram esforços para confiscar e anexar os recursos resultantes da missão alemã. Ambas as potências até procuraram encerrar oficialmente o trabalho dessas missões e convidar cidadãos específicos para assumir o controle. Esta política era inerente ao pensamento imperial, uma vez que eles tinham um ardente desejo de anexar os territórios alemães apreendidos durante a Primeira Guerra Mundial. Na parte francesa, foram feitos esforços para substituir as missões alemãs pelas suas próprias. O trabalho dos Padres Palotinos alemães e seus bens foram entregues aos missionários do Espírito Santo francês, enquanto que a Missão Evangélica de Paris (PEM) conquistou a Missão de Basileia e a Missão Batista Alemã. Havia algum cuidado maior na esfera britânica, uma vez que nenhuma ação expedita foi tomada para substituir as missões alemãs com as britânicas. Parece que a Grã-Bretanha queria que a transição da guerra para a paz fosse funcional antes de tomar decisões finais sobre as missões, mas a proibição dos missionários alemães de trabalhar no território permaneceu. Isso levou ao declínio das comunidades cristãs e ao retorno das práticas religiosas tradicionais, especificamente as sociedades secretas, que os missionários consideravam pagãs (Werner 1968: 48). Diante desse desafio clerical, o Islã estava fazendo ganhos substanciais, especialmente na costa ocidental, onde não havia missionários.

Os dilemas acima enfrentados pelos alemães em Camarões eram semelhantes aos que estavam ocorrendo na África Oriental Alemã, na Togolândia e no Sudoeste Africano Alemão. Isso explica o surgimento de um espírito ecumênico especialmente destinado a influenciar as deliberações da Conferência da Paz de Paris com vista a minimizar o seu dano. O novo movimento ecumênico foi representado pelo Comitê de Emergência das Missões Cooperantes (ECCM), que surgiu em 1918. Mas durante os primeiros meses de deliberações em Paris, o peso do comitê ainda não era evidente, já que ainda estava lutando para ganhar reconhecimento internacional. Consequentemente, os estadistas de Paris, com base em preocupações imperiais, decidiram confiscar todos os bens estrangeiros pertencentes a missões alemãs e usar os recursos para liquidar dívidas alemãs aos governos Aliados (Pierard 1998: 18). Inverter esta resolução tornou-se a principal luta da ECCM, uma vez que sua implementação significaria a destruição total do trabalho da missão alemã. Os líderes do Comitê correram para Paris e trabalharam nos bastidores para

reverter a situação. Este momento representou o pico do choque entre as preocupações imperiais e a neutralidade missionária, com o sentimento nacional afirmando o espírito ecumênico.

Em Paris, os representantes da ECCM insistiram que uma cláusula de proteção das missões alemãs fosse adicionada ao Tratado de Versalhes, que ainda estava em preparação. Mas, como observam Spohn e Sauer (2009), os estadistas pediram às missões alemãs que assumissem a sua parte de responsabilidade pelo início da guerra. Para a Grã-Bretanha e a França, as propriedades das missões alemãs nas antigas colônias foram percebidas como os despojos da guerra a serem compartilhados entre os vencedores. Ao dividir Camarões em 1916, a Grã-Bretanha e a França esperavam anexar esses territórios junto com a propriedade das missões. A essa altura, representantes da ECCM haviam trabalhado nos bastidores para arrastar a questão das missões alemãs para as deliberações políticas de direito internacional pós-guerra. As deliberações levaram os estadistas a rever a resolução, desta vez concedendo alguma proteção às missões alemãs nas colônias. É o artigo 438 do Tratado de Versalhes que traz essa cláusula protecionista às missões:

Os Poderes Aliados e seus associados concordam que onde missões religiosas cristãs eram mantidas por sociedades ou pessoas alemãs em território que lhes pertence, ou de que o governo lhes é confiado de acordo com o presente Tratado, a propriedade que estas missões ou sociedades missionárias possuíam, incluindo o das sociedades comerciais cujos lucros foram dedicados ao apoio das missões, continuará a ser dedicado aos propósitos missionários. A fim de garantir a devida execução desse empreendimento, os Governos Aliados e seus associados entregarão esses bens aos conselhos de curadores designados ou aprovados pelos Governos e compostos por pessoas que possuam a fé da Missão, cujos bens estão envolvidos. Os Governos Aliados e seus associados, enquanto continuam a manter o controle total quanto aos indivíduos por quem as Missões são conduzidas, salvaguardarão os interesses de tais Missões (Tratado de Versalhes 1919).

Tal resolução representou uma conquista teórica na luta pela sobrevivência da iniciativa missionária alemã nos Camarões e em outros lugares. Isso foi visto como negativo para a França e a Grã-Bretanha, que adotaram medidas hostis às missões alemãs em Camarões. Agora era seu dever salvaguardar os interesses de tais missões, garantindo a sua continuidade. Isso representava um controle das ambições religiosas imperiais de ambos os poderes em Camarões, e esperava-se que isso levasse ao fim os assaltos do pós-guerra às missões alemãs. Em um momento raro: o ideal de liberdade e neutralidade missionária estava ganhando reconhecimento.

Para garantir a implementação prática desta cláusula nas colônias, os funcionários da ECCM fizeram de tudo para incentivar os participantes da Conferência da Paz de Paris a atribuir tais garantias para a proteção das missões nas regras e regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações. O artigo 22 do Pacto da Liga das Nações forneceu, entre outras coisas, que o Mandatário deve garantir a liberdade de consciência e religião em nome da Liga. Em relação a Camarões, Grã-Bretanha e França assinaram acordos de mandato separados com a Liga. Os acordos, à luz do artigo 438 do Tratado de Versalhes e do artigo 22 do Pacto da Liga, visavam garantir a proteção das missões alemãs. Em ambos os acordos, o artigo determinava:

O Mandatário assegurará no território a completa liberdade de consciência e o exercício de todas as formas de culto que estejam em consonância com a ordem pública e a moralidade; os missionários que são nacionais de estados membros da Liga das Nações devem entrar livremente no território e viajar e residir neles, adquirir e possuir propriedades, erigir edifícios religiosos e abrir escolas em todo o território; entendendo-se, no entanto, que o Mandatário terá o direito de exercer o controle que seja necessário para a manutenção da ordem pública e do bom governo e tomar todas as medidas necessárias para esse fim (Rubin 1971: 198).

Este artigo do Acordo de Mandatos, bem como os consagrados no Tratado de Versalhes e na Convenção da Liga, preveem que as autoridades do mandato colonial britânico e francês atuem como protetores das missões alemãs nos dois territórios camaronenses sob sua administração. Na verdade, a Conferência da Paz de Paris e a Liga das Nações criaram uma base jurídica internacional para o acordo sobre a proteção da iniciativa missionária alemã nos dois territórios mandatados de Camarões. Como tal, houve uma lei internacional que garantia a sobrevivência das missões alemãs e cuja implementação se deu sob os cuidados da Grã-Bretanha e da França, com a supervisão da Liga. O último acordo, de 1921, criou a Comissão de Mandato Permanente, encarregada de fiscalizar este sistema de supervisão internacional. Esperava-se que o movimento ecumênico que ganhou força garantisse a proteção legal das missões realizadas durante as deliberações da pós-guerra e que estas não fossem transgredidas pelos Mandatários e pela Liga. O objetivo das duas partes finais deste artigo, portanto, é verificar se a tríade (autoridades do mandato colonial, Ligas das Nações e o movimento ecumênico) atuou ou não em defesa das missões alemãs, conforme os dispositivos legais acima mencionados.

Essas seções se concentram nas ações realizadas pelos Mandatários nos dois territórios mandatados em relação às missões alemãs. As dificuldades persistentes, apesar da existência de uma base de proteção legal, são relevantes para uma avaliação do Sistema de Mandato e suas deficiências. Os Mandatários encarregados da implementação das leis de

proteção das missões desempenharam um papel importante na criação da Liga das Nações e do próprio Sistema de Mandatos. Eles continuaram a expressar a vontade de serem mandatários do território da antiga colônia alemã de Camarões, que havia sido dividida em Camarões britânico e frances. A Liga aprovou a partição e concedeu às duas potências, em 1922, as suas correspondentes frações do território de Camarões. Pesquisas recentes revelam que as duas administrações não eram claramente distinguíveis das administrações coloniais (Fanso 1989; Ngho 1996; LeVine 1964). Isso, no entanto, já era esperado, visto que os Mandatários possuíam enormes desejos coloniais e os colocaram acima do direito internacional.

O Tratamento das Missões Alemãs no Camarões Britânico

No Camarões britânico, uma política final para as missões alemãs teve que ser adotada a partir de 1922, quando o Sistema de Mandatos entrou em vigor. Em total violação das disposições legais do Tratado de Versalhes, do Pacto da Liga das Nações e do Acordo de Mandato, que foram concebidos para proteger as missões cristãs dos desejos coloniais dos Mandatários, as autoridades coloniais britânicas adotaram a política de convidar agências missionárias britânicas para substituir as alemãs (Ndi 2005: 38). As exigências coloniais na época fizeram com que a Grã-Bretanha a não aceitasse o retorno dos missionários alemães à sua esfera de influência, uma vez que a elaboração do Sistema de Mandatos não significava o fim do colonialismo. Matz (2005: 50) está certo em sua observação de que as deficiências do Sistema de Mandato da Liga das Nações não podem ser analisadas sem a observação das realidades coloniais da época. Não é de admirar que Matz perceba o Sistema de Mandatos como um “instrumento da política de poder imperial” (2005: 50). Este contexto nos permite entender o ato de recorrer às missões britânicas para substituir as alemãs no Camarões britânico, e a negligência da Liga em verificar uma violação tão flagrante do direito internacional. As autoridades do mandato colonial britânico no território estavam preocupadas com a possibilidade de as agências missionárias alemãs trabalharem para promover o interesse alemão se pudessem retornar. A política das missões anti-alemãs também foi um produto dos apelos de alguns governantes tradicionais (com os quais os britânicos já estavam colaborando) para que os missionários britânicos substituíssem os alemães.

Os Padres alemães do Sagrado Coração e os Palotinistas, ambos da tradição de fé católica, foram as primeiras vítimas da política de missões anti-alemãs. Em uma carta ao Escritório Colonial, Herbert Ruxton, na qualidade de Residente, solicitou que uma Missão Católica Britânica

substituiu as duas agências missionárias católicas alemãs. Sem hesitação, o Escritório Colonial aprovou o pedido, e sua escolha foi a Missão Mill Hill, com sede em Londres (Ndi 2005: 39). Seguiram-se as conversações envolvendo o Escritório Colonial, a Missão Mill Hill e o Vaticano para obter uma autorização eclesiástica. Infelizmente, a Comissão de Mandato Permanente e as duas missões alemãs que deveriam ser substituídas não faziam parte dessas negociações. As leis destinadas a proteger essas missões foram flagrantemente violadas. Em 1922, os missionários de Mill Hill, sob a liderança do Pe. John William Campling, efetivamente substituíram os missionários da Palotina e Sagrado Coração. Esses missionários ingleses também herdaram a propriedade de seus homólogos alemães. As leis que preveem que o Mandatário deve proteger o interesse das missões alemãs e entregar suas propriedades aos conselhos de administração foram ignoradas pelos britânicos. Essa substituição ilegal e confisco de propriedade equivale a uma destruição total do trabalho fundamental das sociedades missionárias católicas alemãs na esfera britânica de Camarões. A implementação bem-sucedida desta política motivada pelo imperialismo também dependia da ausência das missões católicas no movimento ecumênico da época. Assim, os esforços de encontros ecumênicos para resgatar missões alemãs concentraram-se nos protestantes que aderiram ao espírito ecumênico.

O recurso às missões britânicas para substituir as missões protestantes alemãs encontrou uma feroz resistência ecumênica. As autoridades do mandato colonial britânico negligenciaram a neutralidade das missões Basileia e Batista e sua legalidade para prosseguir o trabalho missionário no Camarões britânico. O que se seguiu foram os esforços das missões britânicas para assumir o trabalho e a propriedade das missões protestantes alemãs. Os restantes missionários protestantes nos campos de internação foram repatriados no momento em que as medidas foram tomadas para as missões britânicas substituírem as alemãs. Os Reverendos Rhode e Bender, que eram vistos como opositores às políticas da missão imperial britânica, foram expulsos do território, apesar de não possuírem ascendência alemã (Helga 1999). A Missão Batista Britânica foi então convidada pelo Residente Ruxton através do Escritório Colonial para assumir o trabalho da Missão Batista Alemã. À medida que os batistas ingleses se preparavam para chegar a Camarões, o Conselho Missionário Internacional (IMC), criado em 1921 a partir do ECCM, condenou a decisão, argumentando que estava baseada em desejos coloniais britânicos egoístas. Em 1924, durante a Conferência das Sociedades Missionárias na Europa e América realizada em Birmingham, foram discutidos os obstáculos à evangelização na África. A tentativa das missões britânicas em substituir as alemãs, especialmente em Camarões, foi denunciada. Considerando

que a conferência aconteceu em território britânico, seus organizadores pediram ao Escritório Colonial que levantasse a proibição aos missionários alemães que operavam na África e que os mesmos deixassem de entregar suas propriedades às missões britânicas. Em resposta, o Escritório Colonial disse que medidas deveriam ser tomadas para acabar com a discriminação contra missões protestantes alemãs. Foi assim que a transferência das obras dos batistas alemães para os batistas britânicos foi frustrada, na sequência do relaxamento das restrições no final de 1924. Em 1928, os missionários batistas retornaram oficialmente ao Camarões britânico e, em 1935, eles se constituíram na Missão Batista dos Camarões (CBM).

Ao mesmo tempo, houve esforços semelhantes para impedir que os missionários de Basileia retomassem o trabalho na parte britânica de Camarões. As garantias de liberdade missionária consagradas nos regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações não significavam nada para os britânicos. Em 1922, todos os missionários da missão Basileia foram forçados a sair de Camarões, com a igreja abandonada nas mãos de clérigos indígenas que apelaram para a Missão da Basileia para enviar alguns dos missionários de volta a Camarões (Werner 1969: 58). Uma vez que um embargo proibiu os missionários alemães de trabalhar em Camarões, a Missão da Basileia, como observa Werner (1969: 58), fez negociações infrutíferas para que os presbiterianos americanos entrassem. Encurraladas, as autoridades da Missão de Basileia levaram a questão aos círculos ecumênicos. Em 1923, a pressão do IMC fez com que o Reino Unido abrandasse sua posição. A política de convidar uma missão britânica para substituir a Missão da Basileia foi abandonada. Em vez disso, os britânicos permitiram que a Missão da Basileia continuasse seu trabalho, porém insistindo que apenas os missionários que não possuíssem ascendência alemã fossem permitidos. Assim, a Missão da Basileia, sob os missionários suíços, retomou o trabalho no Camarões britânico, enquanto a luta para levantar a proibição aos missionários alemães continuava.

Esta luta foi defendida pelo IMC e pelos defensores missionários. Em função de seus esforços, o governo britânico, em 1924, levantou o embargo sobre o trabalho missionário dos alemães em suas posses. O Escritório Colonial e o Residente do Camarões Britânico do Sul aboliram todas as restrições que foram colocadas na Missão da Basileia desde a guerra. Em dezembro de 1925, o Reverendo Adolf Vielhauer chegou a Camarões para coordenar o trabalho da Missão da Basileia. Através de discussões com o Residente em Buea, a Missão da Basileia recebeu sua propriedade de volta, marcando o fim do período de crise. A liberdade de missão no território foi apenas ameaçada pela Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, restrições foram impostas aos missionários alemães,

que foram internados e deportados (Werner 1969: 79). Eles retornaram apenas durante o período de Fideicomisso, quando as tensões da guerra diminuíram. Essas deportações, deve ser enfatizado, violaram a liberdade dos missionários consagrada nos regulamentos que regem os mandatos da Liga das Nações.

Enquanto as missões protestantes tiveram sucesso na luta para retornar ao Camarões Britânico, os dois movimentos católicos alemães, a saber, os Padres Palotinos e os Padres do Sagrado Coração, não lograram da mesma sorte. Os protestantes se beneficiaram da pressão ecumênica que foi montada no governo britânico. Ao não fazer parte do movimento ecumênico, as missões católicas só podiam confiar no Vaticano. Também deve ser notado que a última não possuía o potencial necessário para desafiar as restrições às missões alemãs impostas pelo governo britânico. Ao ceder a tal política, independentemente da violação do direito internacional sobre a liberdade e a proteção dos missionários, o Vaticano conspirou com os britânicos para desmantelar o trabalho fundacional dos Padres Palotinos e dos Padres do Coração Sagrado. Sua propriedade foi assumida pelos missionários do Mill Hill. Existem razões coloniais específicas sobre o motivo pelo qual as disposições legais para a proteção das missões alemãs foram largamente transgredidas pelas autoridades do mandato colonial britânico. Em particular, chama-se atenção para as políticas de ‘desgermanização’ e as agendas educadoras de ambas as potências, cuja conquista só poderia ocorrer em detrimento das disposições legais do Sistema de Mandatos.

Dilemas no Camarões Francês

No mandato francês de Camarões, não havia perspectivas de que as missões alemãs pudessem retomar seus trabalhos. Mesmo o diálogo e o debate missionário decorrentes do movimento ecumênico não eram suficientemente fortes para fazer com que os franceses respeitassem as leis que regem os mandatos da Liga das Nações. Ao prosseguir uma política de desgermanização direcionada, em parte, para a eliminação do trabalho missionário alemão após o fim da guerra, as autoridades do mandato colonial francês trabalharam para substituir as missões alemãs pelas francesas. Uma proibição foi colocada no trabalho de missão por nacionais alemães e as propriedades de suas missões foram assumidas pelas sociedades francesas.

Negligenciando todos os acordos existentes, as autoridades do mandato colonial francês lançaram um ataque ao empréstimo da missão católica alemã (Pallotine Fathers) que estava presente no Camarões francês. Os Povos do Espírito Santo de Paris foram convidados a substituir os Padres Palotinos alemães (Messina e Slageren 2005: 153). Esta foi a obra de

sucessivos administradores coloniais, como o general Aymerich e Lucien Fourneau, que lutaram fortemente para substituir as missões alemãs pelas francesas. Com a efetiva retirada do sistema de mandatos em 1922, a França entrou em negociações formais com Roma, tendo em vista tornar a aquisição oficial. Sob esse pano de fundo ocorreu a indicação do Irmão François Xavier Vogt pelo Papa como administrador apostólico de Camarões em 1922. Isso equivaleu à eliminação total do trabalho dos Padres Palotinos alemães no mandato francês de Camarões, e os mesmos nunca foram autorizados a retornar ao território. Embora o Vaticano tenha participado das negociações de substituição, fica claro que a disposição do artigo 22 do tratado de paz que concede a liberdade de trabalho nos territórios mandatados às missões alemãs foi transgredida. Sendo um estado em grande parte católico e tendo bons laços com o Vaticano, a França desmantelou o trabalho fundamental das missões católicas alemãs, negligenciando as disposições de liberdade de trabalho da missão consagradas no Acordo de Mandato.

Quanto às duas missões protestantes alemãs no Camarões Francês, a saber, a Missão de Basileia e a Missão Batista Alemã, seus respectivos trabalhos foram assumidos pela Missão Evangélica de Paris. Na sua chegada, os protestantes franceses receberam a liberdade de controlar a totalidade das propriedades deixadas pelos missionários de Basileia e Batista. Assim, as estações da missão, as escolas, os prédios da igreja e os milhares de cristãos que estavam sob a responsabilidade das missões protestantes alemãs foram, em total, ilegalmente transferidos para a Missão Evangélica de Paris pelas autoridades do mandato colonial francês. A disposição do artigo 34⁸ que exigia que as propriedades das missões alemãs fossem colocadas sob um conselho de curadores foi flagrantemente violada. Esta política de substituição das missões alemãs por francesas também foi de encontro ao artigo 7 do Acordo de Mandato, que obrigava o governo francês a assegurar que os missionários alemães tivessem liberdade para trabalhar no território. Em vez disso, os missionários protestantes alemães tiveram sua entrada negada no Camarões Francês, o que fez com que o empreendimento missionário protestante alemão colapsasse.

Sem dúvida, os administradores coloniais franceses em Camarões permitiram que suas paixões nacionais fossem colocadas acima da preocupação de assegurar a continuidade do trabalho missionário alemão. O nacionalismo, o materialismo e a perseguição de desejos imperiais que caracterizaram a administração do mandato francês produziram uma agenda de missões anti-alemãs. Não é de admirar que a neutralidade dessas missões reivindicadas pelo movimento ecumênico tenha sido ignorada pelos franceses, que argumentavam que os missionários não poderiam ser dissociados do colonialismo alemão. De fato, o desmantelamento do

trabalho da missão alemã no Camarões Francês foi obra do Comissário Jules Gaston Carde, que liderou a administração do mandato de 1919 a 1923 (Abwa 2000). Esta desgermanização do trabalho missionário continuou de 1923 a 1933 por Theodore Paul Marchand. Em todo o território, o francês tornou-se a língua oficial através da qual o trabalho da missão foi conduzido, reforçando assim a proibição aos missionários alemães de retornarem ao território.

O ideal ecumênico, apesar do seu crescimento e das reuniões subsequentes, não tinha capacidade para verificar a destruição do trabalho fundamental das missões alemãs que estava sendo feito pelos franceses. É importante notar que as duas missões francesas (os Povos do Espírito Santo e a Missão Evangélica de Paris) que substituíram as missões alemãs ainda não faziam parte do movimento ecumênico. Sua colusão com o governo francês na destruição do trabalho missionário alemão em um momento de crescente ecumenismo não está em discussão. As autoridades destas missões francesas não podem afirmar que não tinham conhecimento do artigo 438 do Tratado de Versalhes, do artigo 22 do Pacto da Liga das Nações e do artigo 7 do Acordo de Mandato. Eles trabalharam em estreita colaboração com o governo do seu país ao violarem essas disposições legais, que foram criadas com a intenção de proteger as missões alemãs.

A Liga das Nações, cujo função era garantir que essas disposições legais fossem rigorosamente respeitadas, falhou nessa tarefa. Na verdade, a Liga era indiferente ao desmantelamento francês da iniciativa missionária alemã. Dada a sua volatilidade para os desejos coloniais franceses ilegais e considerando as limitações do movimento ecumênico, os clérigos alemães esperavam que a Liga das Nações, especialmente a Comissão de Mandatos, apoiasse na defesa de sua neutralidade e status supranacional. Mas a Liga estava sob o domínio das potências imperiais, que por sua vez estavam mais preocupadas com a defesa de suas ideologias nacionalistas nocivas, mesmo que isso não estivesse em conformidade com a visão e a missão da Liga das Nações. No pensamento francês da época, como observa acertadamente Kissinger (1994: 235), o objetivo principal da Liga das Nações era trabalhar contra o interesse alemão, e não promovê-lo. A França estava em posição de vulnerabilidade política, militar, econômica e social no contexto de duas sucessivas derrotas humilhantes infligidas pela Alemanha, e limitar a sua expansão em todas as esferas era um objetivo fundamental francês. A neutralidade das missões alemãs e os instrumentos legais para sua proteção não significavam nada para as autoridades do mandato colonial francês.

A Liga, sob o peso da influência francesa, foi incapaz de defender o interesse das missões alemãs colocadas sob administração francesa. Com razão, Susan Pedersen (2006: 560) observa que “as administrações

obrigatórias não se distinguem das administrações coloniais”. Esta historiadora se recusa a ver o Sistema de Mandatos como “um sistema de governança”, em função das suas falhas. Ao se fazer uma análise do Sistema de Mandato, especialmente com a Comissão do Mandato, e da destruição total das missões alemãs no Camarões Francês, a conclusão por parte de alguns acadêmicos da área de que o sistema era meramente uma forma disfarçada de anexação imperial pode ser sustentada. A administração do mandato francês, como os estudiosos da história de Camarões concluíram, não era diferente da administração colonial francesa em suas colônias (Abwa 2000; LeVine 1964; Fanso 1989; Ngoh, 1996). Em seu estudo massivo sobre o mandato e a tutela do Camarões Francês, Daniel Abwa (2000: 95) insiste em que a política francesa foi adaptada a “francisizar” o território, substituindo aspectos alemães por franceses. A Comissão de Mandatos não pôde evitar que isso acontecesse. No pensamento de Pedersen (2006: 565), a Comissão poderia fazer muito pouco quanto a supervisão dos poderes do Mandatário: só poderia denunciar sem agir. A ausência de um representante alemão na Comissão fez com que a negligência dos interesses das missões alemãs passasse sem qualquer condenação formal por parte da Comissão. Como era de se esperar, o trabalho da missão alemã diminuiu às vésperas da Segunda Guerra Mundial, sem esperança de restauração.

Conclusão

Os tratados de paz após a Primeira Guerra Mundial e a subsequente Liga das Nações, com o seu Sistema de Mandatos, forneceram instrumentos legais para proteger os interesses do trabalho missionário alemão nos territórios mandatados. Nos mandatos britânicos e franceses de Camarões, as duas administrações deveriam estar em conformidade com os acordos assinados pelos dois mandatários com a Liga. Uma das disposições dos acordos, por exemplo (artigo 7), garantia o trabalho de liberdade de missão, incluindo missões alemãs. As administrações do mandato colonial nos dois territórios negligenciaram esses instrumentos legais e optaram por políticas que prejudicavam as missões alemãs. Havia iniciativas por parte das agências missionárias britânicas e francesas com o intuito de substituir as alemãs, com pouca ou nenhuma objeção por parte da Liga das Nações. As disposições do Sistema de Mandato relativo às missões eram hipócritas. As missões alemãs em Camarões foram transferidas à Grã-Bretanha e à França através de um mandato sob supervisão da Liga, para garantir sua proteção e sustento. O significado disso era ambíguo, uma vez que uma disposição do artigo 438 do Tratado de Versalhes proibia o trabalho da missão por nacionais alemães. Com base nessa ambiguidade e suas ambições coloniais,

as autoridades de mandato colonial britânico e francês destruíram as bases das missões alemãs.

Enquanto o trabalho missionário alemão no Camarões Francês foi extinto em sua totalidade, os britânicos limitaram sua hostilidade apenas às missões católicas, já que o trabalho missionário das iniciativas protestantes foi restaurado na década de 1920. Claramente, a missão empreendida pelos missionários alemães em ambos os territórios sofreu enormemente no contexto de uma Liga complacente, um movimento ecumênico não inclusivo e fraco e a perseguição de desejos imperiais pelos dois Mandatários. Conseqüentemente, a ambição dos missionários alemães de estabelecer igrejas autossustentáveis, autônomas e auto evangelizadoras em Camarões sofreu substancialmente. Somente a missão da Basileia e os missionários Batistas foram capazes de estabelecer a Igreja Presbiteriana em Camarões e a Convenção Batista de Camarões, respectivamente, na esfera britânica. Os esforços das outras missões terminaram em total fracasso, uma vez que a agenda tripla da missão foi continuada apenas pelas agências missionárias britânicas e francesas. Este estudo, portanto, acrescenta ao corpo literário criticando o Sistema de Mandatos, fazendo uso das missões alemãs como um estudo de caso para apoiar a posição acadêmica de que o Sistema de Mandato não passava de uma forma disfarçada de anexação imperial.

REFERÊNCIAS

- Abwa, Daniel. 2000. *Commissaires et Hauts-Commissaires de la France au Cameroun (1916-1960): Ces Hommes qui ont Façonné Politiquement le Cameroun*. (2e Edition). Yaounde: Presses Universitaires de Yaounde.
- Efoua, Samuel Mbozo'o. 1981. "La Mission Presbytérienne Américaine et les Mutations Religieuses et Sociales Chez les Peuples du Sud-Cameroun (1919-1939)". Thèse de Doctorat 3e Cycle D'Histoire, Université Jean Moulin-Lyon III.
- Etim E. Okon. 2014. "Christian Missionaries and Colonial Rule in Africa: Objective and Contemporary Analysis". *European Scientific Journal* 10 (17): 192-2009.
- Fanso, V. G. 1989. *Cameroon History for Secondary Schools and Colleges, Vol. 2, The Colonial and Post Colonial Periods*. London: Macmillan Publishers.
- Funteh, M. B. 2008. "Intra-Cameroon Baptist Convention Conflicts 1954-2002: A Historical Investigation". Ph.D. Thesis, University of

Yaounde I.

- Harry, R. 1968. *Germans in the Cameroons 1884-1914: A Case Study in Modern Imperialism*. New York: Greenwood Press.
- Helga Henry Bender. 1999. *Cameroon on a Clear Day: A Pioneer Missionary in Colonial Africa*. Pasadena: William Carey Library.
- Kissinger, Henry. 1994. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster.
- LeVine, V. T. 1964. *The Cameroons from Mandate to Independence*. Los Angeles: University of California Press.
- Logan, Rayford. 1928. "The Operation of the Mandates System in Africa". *Journal of Negro History* 13 (4): 423-477.
- Matz, Nele. 2005. "Civilization and the Mandate System under the League of Nations as Origin of Trusteeship". In: A. von Bogdandy and R. Wolfrum, eds. *Max Planck, Yearbook of United Nations Law*. Volume 9. Netherlands: Koninklijke Brill N. V., 47-95.
- Messina, Jean-Paul et Jaap Slageren 2005. *Histoire du Christianisme au Cameroun: Des Origines a Nos Jours*. Paris et Yaoundé : Editions Karthala et Editions Cle.
- Ndi, A. 2005. *Mill Hill Missionaries in Southern West Cameroon 1922-1972: Prime Partners in Nation Building*. Nairobi: Paulines Publications Africa.
- Ndi, Richard Tantoh 2012. "The Processes of Integration and Affiliation in the Cameroon Baptist Convention (CBC) 1954-2004". PhD Thesis, University of Yaounde I.
- Ngoh, V. G. 1996. *History of Cameroon Since 1800*. Limbe: Presbook.
- Pawlikova-Vilhanova, Viera. 2007. "Christian Missions in Africa and their role in the transformation of African Societies". *Asian and African Studies* 16 (2): 249-260.
- Pedersen, Susan. 2006. "The Meaning of the Mandates System: An Argument". *Geschichte und Gesellschaft* 32 (4): 560-82.
- Rubin, Neville. 1971. *Cameroon: An African Federation*. London: Pall Mall Press.
- Ryland, Glen P. 2013. "Translating Africa for Germans: The Rhenish Mission in Southwest Africa, 1829-1936". PhD Thesis, University of Notre Dame.
- Spohn, E. and Sauer, C. 2009. "War Zeal, Nationalism and Unity in Christ: Evangelical Missions in Germany during World War 1". *Studia Historiae Ecclesiasticae*.
- Strayer, Robert. 1976. "Mission History in Africa: New Perspectives on an

- Encounter". *African Studies Review* 19 (1): 1-15. Disponível em: <http://www.jstor.org>, Accessed on 2 July 2014.
- Werner, K. 1969. *The History of the Presbyterian Church in West Cameroon*. Victoria: Presbook.
- Woodberry, Robert D. 2008. "How do we Deal with the Baggage of the Past? Reclaiming the M-Word: The Legacy of Missions in Non-Western Societies". *International Journal of Frontier Missiology* 25 (1): 17-23.
- Wright, Quincy. 1930. *Mandates under the League of Nations*. Chicago: University of Chicago Press.

RESUMO

A Primeira Guerra Mundial e seus sistemas resultantes de Mandato e Tutela afetaram consideravelmente a missão alemã em Camarões. Além de causar a expulsão vigorosa de missionários alemães de Camarões, os britânicos e os franceses que a Liga das Nações e as Nações Unidas conferiram sucessivamente com poderes de administração nos quadros de Mandato e de Tutela adotaram políticas hostis às missões alemãs. Desde o início da guerra até a era pós-Segunda Guerra Mundial, a fundação das missões alemãs estava seriamente ameaçada. Este artigo analisa criticamente o tratamento das missões alemãs tanto nos Camarões Britânico como Francês durante os períodos de Mandato e Tutela, concentrando-se especialmente nas atitudes de ambos os poderes administradores em relação às missões em suas esferas de influência. O artigo estabelece que o tratamento dispensado pelos poderes administradores às missões alemãs, sustentado por exigências imperiais e nacionalistas, despertou a realização da agenda tripartite de implantação de igrejas autossustentáveis, autônomas e auto evangelizadoras. Assim, argumenta-se que a Primeira Guerra Mundial desencadeou o maltrato das missões alemãs, sendo algumas delas obrigadas a encerrar suas atividades, enquanto outras foram autorizadas a continuar seu trabalho missionário sob duras condições.

PALAVRAS-CHAVE

Camarões; Primeira Guerra Mundial; Missões Alemãs; Segunda Guerra Mundial; Sistema de Mandato; Sistema de Tutela.

*Recebido em 3 de maio de 2017.
Aprovado em 31 de julho de 2017.*

Traduzido por Guilherme Thudium